



DE 10 A 14 OUTUBRO DE 2016 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Lei 318/XIII](#)

Altera a Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de Agosto (Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais), em matéria de candidaturas por grupos de cidadãos eleitores

Autoria: CDS-PP

[Projeto de Lei 319/XIII](#)

Altera o Código da Estrada considerando como contraordenação grave a paragem e estacionamento em lugar reservado a veículos de pessoas com deficiência (alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio)

Autoria: BE

[Projeto de Lei 320/XIII](#)

Estabelece a obrigatoriedade de que as entidades públicas que dispõem de estacionamento para utentes assegurem estacionamento gratuito para pessoas com deficiência (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2003, de 10 de dezembro)

Autoria: BE

[Projeto de Lei 322/XIII](#)

Cria a Conta de Gestão Florestal

Autoria: CDS-PP

[Projeto de Lei 323/XIII](#)

Altera o regime dos contratos de trabalho dos profissionais de espetáculos (terceira alteração à Lei n.º 4/2008, de 7 de fevereiro)

Autoria: BE

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Projeto de Lei 325/XIII](#)

Prolonga para dez anos o período transitório no Novo Regime do Arrendamento Urbano para salvaguarda dos arrendatários com rendimento anual bruto corrigido inferior a cinco retribuições mínimas nacionais anuais, para os arrendatários com mais de 65 anos, para os arrendatários com deficiência com mais de 60% de incapacidade e para lojas e entidades com interesse histórico e cultural (terceira alteração à Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, e pela Lei n.º 79/2014, de 19 de dezembro)

Autoria: BE

[Projeto de Lei 326/XIII](#)

Medidas de apoio social às mães e pais estudantes atribuindo aos pais o mesmo conjunto de direitos conferidos às grávidas e mães (primeira alteração à Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto)

Autoria: BE

[Projeto de Lei 327/XIII](#)

Procede à primeira alteração ao Regime Geral do Processo Tutelar Cível (aprovado pela lei n.º 141/2015, de 8 de setembro e à segunda alteração à lei n.º 75/98, de 19 de novembro)

Autoria: BE

[Projeto de Lei 328/XIII](#)

6.ª Alteração à Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, simplificando e clarificando as condições de apresentação de candidaturas por grupos de cidadãos e alargando o âmbito de aplicação da Lei da Paridade

Autoria: PS

[Proposta de Lei 32/XIII](#)

Estabelece o regime jurídico da qualidades e segurança relativa à dádiva, colheita análise, processamento, preservação, armazenamento, distribuição e aplicação de tecidos e células de origem humana e os procedimentos de verificação da equivalência das normas de qualidade e segurança dos tecidos e células importados, e procede à segunda alteração à Lei n.º 12/2009, de 26 de março, transpondo a Diretiva n.º 2015/565/UE, da Comissão, de 8 de abril, que altera a Diretiva n.º 2006/86/CE, da Comissão, de 24 de outubro, no que se refere a certos requisitos técnicos para a codificação dos tecidos e células de origem humana, e a Diretiva n.º 2015/566/UE, da Comissão de 8 de abril

[Proposta de Lei 35/XIII](#)

Procede a vigésima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando várias substâncias à Tabela II - A

[Proposta de Lei 36/XIII](#)

Aprova as Grandes Opções do Plano para 2017

[Proposta de Lei 37/XIII](#)

Aprova o Orçamento do Estado para 2017

[Proposta de Lei 38/XIII](#)

Aprova normas para a proteção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo, abrangendo no conceito de fumar os novos produtos do tabaco sem combustão que produzam aerossóis, vapores, gases ou partículas inaláveis e reforçando as medidas a aplicar a estes novos produtos em matéria de exposição ao fumo ambiental, publicidade e promoção.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Apreciação Parlamentar 26/XIII](#)

Decreto-Lei n.º 40/2016, de 29 de julho, que "Altera o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, o Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho, e o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho, transpondo as Diretivas 2014/85/UE da Comissão, de 1 de julho, e 2015/653/UE da Comissão, de 24 de abril, que alteram os anexos I, II e III da Diretiva 2006/126/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro, relativa à carta de condução"

Autoria: PS

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 47/XIII](#) - Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto, que regulamenta o acesso à atividade e ao mercado dos transportes em táxi, reforçando as medidas dissuasoras da atividade ilegal neste setor

[Decreto da Assembleia 48/XIII](#) - Isenta de imposto sobre o valor acrescentado a doação de bens móveis a museus da Rede Portuguesa de Museus

[Resolução](#) - Recomenda ao Governo o estabelecimento de prioridades para o novo mapa judiciário



ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS

[Acórdão n.º 461/2016 - Diário da República n.º 197/2016, Série II de 2016-10-13](#)

Tribunal Constitucional

Julga inconstitucional a interpretação normativa, extraída do artigo 24.º, n.º 5, alínea a), da Lei n.º 34/2004, com o sentido de que o prazo interrompido por aplicação do n.º 4 do mesmo artigo se inicia com a notificação ao patrono nomeado da sua designação, quando o requerente do apoio judiciário desconheça essa nomeação, por dela ainda não ter sido notificado



ACORDOS DE COOPERAÇÃO

PGR – [Acordo de Cooperação Bilateral entre a Procuradoria-Geral da República e a Fiscalía da República de Cuba](#)

No âmbito da visita da *Fiscalía General* da República de Cuba à Procuradoria-Geral da República de Portugal, foi assinado um [Acordo de Cooperação Bilateral](#), que visa aprofundar a cooperação entre os Ministérios Públicos de Portugal e Cuba.

Este acordo define as bases sobre as quais devem assentar as relações de cooperação institucional entre as duas Procuradorias, designadamente ao nível do intercâmbio de experiências e formação.

CPLP – COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

PGR - [Declaração de Lisboa](#)

Divulga-se a [Declaração de Lisboa](#), assinada, pelos Procuradores-Gerais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), por ocasião XIV Encontro de Procuradores-Gerais da CPLP.

COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA DEFESA

[Decreto do Presidente da República n.º 89/2016 - Diário da República n.º 196/2016, Série I de 2016-10-12](#)

Presidência da República

Ratifica o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à cooperação no domínio da defesa, assinado em Baiona em 22 de junho de 2015

[Resolução da Assembleia da República n.º 199/2016 - Diário da República n.º 196/2016, Série I de 2016-10-12](#)

Assembleia da República

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à cooperação no domínio da defesa, assinado em Baiona em 22 de junho de 2015

ENERGIA

[Portaria n.º 262-A/2016 - Diário da República n.º 194/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-10-10](#)

Economia

Procede à alteração da [Portaria n.º 279/2011](#), de 17 de outubro, com a redação dada pela [Portaria n.º 146/2013](#), de 11 de abril, a partir do ano de 2017, e define os valores dos fatores a aplicar para efeitos da remuneração do alisamento quinquenal dos proveitos permitidos para o ano de 2017

[Portaria n.º 268-A/2016 - Diário da República n.º 197/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-10-13](#)

Economia

Procede à alteração da [Portaria n.º 592/2010](#), de 29 de julho, com as alterações introduzidas pelas [Portarias n.ºs 1308/2010](#), de 23 de dezembro, [71/2011](#), de 10 de fevereiro, [200/2012](#), de 2 de julho, [215-A/2013](#), de 1 de julho e [221/2015](#), de 24 de julho e define os critérios de elegibilidade para efeitos de remuneração da interruptibilidade

[Portaria n.º 268-B/2016 - Diário da República n.º 197/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-10-13](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

Economia

Aprova o dever de dedução pelo CUR do Sistema Elétrico Nacional da energia elétrica produzida em regime especial que beneficia de remuneração garantida, dos valores recebidos pelos centros eletroprodutores que beneficiaram cumulativamente de apoios à promoção e ao desenvolvimento das energias renováveis através de outros apoios públicos

ESTRADA – INSPEÇÃO DE VEÍCULOS

[Deliberação n.º 1572/2016 - Diário da República n.º 196/2016, Série II de 2016-10-12](#)

Administração Interna, Planeamento e das Infraestruturas, Ambiente e Mar - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.

Documentos a apresentar nos atos de inspeção nas situações da falta dos documentos originais de identificação dos veículos

FINANCEIRO

[Decreto-Lei n.º 64/2016 - Diário da República n.º 195/2016, Série I de 2016-10-11](#)

Finanças

No uso da autorização legislativa concedida pelos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 188.º da [Lei n.º 7-A/2016](#), de 30 de março, regula a troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade e prevê regras de comunicação e de diligência pelas instituições financeiras relativamente a contas financeiras, transpondo a [Diretiva n.º 2014/107/UE](#), do Conselho, de 9 de dezembro de 2014, que altera a [Diretiva n.º 2011/16/UE](#)

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística: Emissões de títulos - agosto de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística: Estatísticas bancárias internacionais em base consolidada - 2.º trimestre de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística: Contas nacionais financeiras - 2.º trimestre de 2016](#)

[Sinopse de Atividades de Supervisão Comportamental do Banco de Portugal - 1.º semestre de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística: Emissões de títulos - agosto de 2016](#)

[Indicadores Coincidentes - outubro](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Indicadores de síntese dos organismos de investimento coletivo e dos fundos de investimento alternativo - setembro 2016](#)

FISCAL

[Orçamento do Estado para 2017](#)

LEI DE ORGANIZAÇÃO E PROCESSO DO TRIBUNAL DE CONTAS

[Acórdão n.º 436/2016 - Diário da República n.º 197/2016, Série II de 2016-10-13](#)

Tribunal Constitucional

Julga inconstitucional a interpretação, extraída do artigo 69.º, n.º 2, alínea d), da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, no sentido de que o pagamento voluntário da multa, admitido e realizado ainda antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, determina a extinção do procedimento por responsabilidade sancionatória e, conseqüentemente, o não conhecimento de recurso já interposto, pelo Ministério Público, contra tal sentença

PENAL

[Acórdão n.º 252/2016 - Diário da República n.º 197/2016, Série II de 2016-10-13](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a interpretação, extraída do artigo 100.º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, no sentido de que, em caso de condenação do recluso pela prática efetiva de mais de uma infração disciplinar, com aplicação de sanções de idêntica natureza, lhe são aplicáveis as medidas disciplinares correspondentes a cada uma das infrações em acumulação material, sem realização de cúmulo destinado à aplicação de sanção única

PREVIDENCIAL

[Acórdão n.º 404/2016 - Diário da República n.º 197/2016, Série II de 2016-10-13](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma do artigo 6.º-A, n.º 3, do Estatuto da Aposentação, na redação dada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, na medida em que impõe às entidades com pessoal relativamente ao qual a Caixa Geral de Aposentações seja responsável pelo encargo com pensões de sobrevivência, uma contribuição correspondente a 3,75 % da remuneração sujeita a desconto de quota

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

 **PROCESSUAL**

[Acórdão n.º 462/2016 - Diário da República n.º 197/2016, Série II de 2016-10-13](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a interpretação conjugada dos artigos 635.º, n.º 4, e 639.º, n.º 3, ambos do Código de Processo Civil, no sentido de que tendo uma questão de inconstitucionalidade sido submetida à consideração do Tribunal da Relação apenas nas conclusões da alegação do recurso, mas não tendo sido explanada no corpo da alegação, deve uma tal questão ser desconsiderada pelo referido tribunal, sem que ao recorrente seja dada a oportunidade de suprir tal omissão

 **SAÚDE / LIFE SCIENCES**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2016 - Diário da República n.º 197/2016, Série I de 2016-10-13](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a Estratégia Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde 2016-2020

 **TRABALHO E EMPREGO**

[Declaração de Retificação n.º 19/2016 - Diário da República n.º 194/2016, Série I de 2016-10-10](#)

Assembleia da República

Declaração de retificação à [Lei n.º 34/2016](#), de 24 de agosto, que elimina a obrigatoriedade de apresentação quinzenal dos desempregados (oitava alteração ao [Decreto-Lei n.º 220/2006](#), de 3 de novembro, que estabelece o regime jurídico de proteção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem)

[Portaria n.º 265/2016 - Diário da República n.º 197/2016, Série I de 2016-10-13](#)

Planeamento e das Infraestruturas

Segunda alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, aprovado em anexo à [Portaria n.º 97-A/2015](#), de 30 de março

 **RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

[Decreto Legislativo Regional n.º 20/2016/A - Diário da República n.º 194/2016, Série I de 2016-10-10](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Plano de gestão de riscos de inundações da Região Autónoma dos Açores (PGRIA)

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Contratos Públicos

Decisão de Execução (UE) 2016/1804 da Comissão, de 10 de outubro de 2016, sobre as [normas de execução do disposto nos artigos 34.º e 35.º da Diretiva 2014/25/UE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à coordenação dos processos de adjudicação de contratos nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais](#)

Financeiro

Regulamento de Execução (UE) 2016/1799 da Comissão, de 7 de outubro de 2016, que estabelece [normas técnicas de execução no que respeita ao mapeamento das avaliações do risco de crédito de instituições externas de avaliação de crédito em conformidade com o artigo 136.º, n.ºs 1 e 3, do Regulamento \(UE\) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho](#)

Regulamento de Execução (UE) 2016/1800 da Comissão, de 11 de outubro de 2016, que estabelece [normas técnicas de execução sobre a classificação das notações de crédito das agências de notação externas segundo uma escala objetiva de níveis de qualidade de crédito em conformidade com a Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho](#)

Regulamento de Execução (UE) 2016/1801 da Comissão, de 11 de outubro de 2016, que estabelece [normas técnicas de execução no que respeita ao mapeamento das avaliações de crédito de instituições externas de avaliação de crédito para as titularizações, em conformidade com o Regulamento \(UE\) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho](#)

Insolvência

Regulamento de Execução (UE) 2016/1792 do Conselho, de 29 de setembro de 2016, que [substitui os anexos A, B e C do Regulamento \(CE\) n.º 1346/2000 relativo aos processos de insolvência](#)

 **BANCO CENTRAL EUROPEU**

[Situação financeira consolidada do Eurosistema em 7 de outubro de 2016](#)

 **COMISSÃO EUROPEIA**

[Acordo de Parceria Económica com países da África Austral entra em vigor](#)

Acordo orientado para o desenvolvimento com cinco países da África Austral concede às suas exportações um acesso imediato, isento de direitos e sem contingentes, ao mercado da UE

[Agenda Europeia para a Segurança: primeiro relatório sobre os progressos realizados para criar uma União da Segurança sustentável e eficaz](#)

A Comissão Europeia apresentou o primeiro de uma série de relatórios mensais sobre os progressos efetuados para criar uma União da Segurança sustentável e eficaz.

[Tribunal de Contas Europeu aprova as contas da UE pelo nono ano consecutivo](#)

O Tribunal de Contas Europeu validou as contas da UE pelo nono ano consecutivo. O Tribunal concluiu, em particular quanto à política de coesão e à política agrícola, que a taxa global de erro estimada dos pagamentos continua a diminuir, tendo descido de 4,4% em 2014 para 3,8% em 2015.

Não foram encontrados erros nas transações de receitas analisadas. As despesas administrativas continuam a ser a área em que se verifica a menor taxa de erros.

[Novas normas da UE garantem o apoio judiciário em processos penais](#)

As novas normas relativas do apoio judiciário, propostas pela Comissão em 2013, ultrapassaram o último obstáculo.

Consulta pública

Emprego e Assuntos Sociais

[Consulta pública para a avaliação intercalar do programa da União Europeia para o Emprego e a Inovação Social \(EaSI\)](#)
12.10.2016 – 11.01.2017

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Apoio Judiciário em Processos Penais

[UE adota regras para garantir apoio judiciário em processos penais](#)

O Conselho deu a sua aprovação final à diretiva sobre apoio judiciário em processos penais.

Emprego e Saúde

[Exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho: Conselho define a sua posição](#)

O Conselho definiu a sua posição sobre uma diretiva que visa proteger os trabalhadores contra a exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos no local de trabalho.

Nacionais de Países Terceiros em Situação Irregular

[Regresso e readmissão: Conselho aprova documento de viagem europeu uniforme](#)

O Conselho adotou um regulamento que estabelece um documento de viagem europeu uniforme para o regresso dos nacionais de países terceiros em situação irregular.



 FUNDAÇÃO
PLMJ

ANA CARDOSO
(detalhe)
X, 2006

Óleo e acrílico s/ tela
193 x 178 cm

O bra da Coleção da Fundação PLMJ

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

PARLAMENTO EUROPEU

[Esta semana no Parlamento Europeu: energia, orçamento, propaganda russa, Prémio Sakharov e Prémio LUX](#)

Os eurodeputados vão votar propostas para assegurar a segurança do abastecimento de gás, combater a propaganda de países terceiros, reduzir a propagação das pragas dos vegetais e combater o tráfico de fauna e flora selvagens. A Comissão dos Orçamentos vota um relatório sobre o orçamento da UE para o próximo ano. O Parlamento Europeu comemora o 10º aniversário do Prémio LUX. Os três finalistas do Prémio Sakharov são conhecidos também esta semana.

[#EYE2016: participantes apresentam conclusões nas comissões parlamentares](#)

Em maio, 7 500 jovens de toda a Europa reuniram-se no Parlamento Europeu em Estrasburgo para o Evento Europeu da Juventude. Após dois dias de debate sobre temas tão variados como a migração, o desemprego entre os mais jovens e as alterações climáticas, os participantes agregaram as 50 ideias mais interessantes num relatório que foi posteriormente entregue aos eurodeputados em setembro. Agora, os participantes apresentam essas mesmas sugestões aos eurodeputados nas comissões parlamentares.

[InterRail: factos e números](#)

A ideia de oferecer a todos os jovens europeus de 18 anos um passe de InterRail gratuito para viajar de comboio pela Europa foi recebida calorosamente pelos eurodeputados.

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal 2016, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009

Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards 2015-2012

Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2015 - 2011